

Conselho de Escolas Médicas Portuguesas (CEMP)

- Orçamento de Estado 2023: financiamento das instituições de ensino superior -

Em agosto de 2022, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) emitiu uma nota às instituições de ensino superior (IES) relativa à distribuição do orçamento de estado (OE) para 2023 no que respeita às suas dotações. A referida nota dava conta da intenção de *“atribuir um aumento de 3,7% da dotação base às IES, valor idêntico à previsão atual do Ministério das Finanças para a inflação de 2022”*, bem como de alterar o modelo de financiamento, no sentido de aplicar a fórmula de distribuição aprovada em 2006 (Portaria n.º 231/2006, de 18 de janeiro, e revista pela nota técnica de 2008), que não havia sido aplicada de modo sistemático, e que privilegia *“(…) nomeadamente, o desempenho e a eficiência das IES”*. Estas alterações representariam, à partida, um orçamento com um acréscimo de cerca de 44 milhões de euros às universidades e politécnicos correspondente ao incremento de 3,7% em comparação com as dotações definidas no OE 2022, intenção essa que se veio a confirmar recentemente com a proposta de OE 2023 apresentada no passado dia 10 de outubro ao Parlamento.

Sabíamos, já em agosto, que a previsão do Ministério das Finanças para a inflação de 2022, de 3,7%, se encontrava muito aquém da realidade, porquanto a revisão em alta do Banco de Portugal dava já nessa altura conta de um aumento de 6,3%; soubemos mais tarde, e ainda antes de a proposta seguir para o Parlamento, que uma nova revisão dava conta de uma previsão de 6,7%; hoje, e de acordo com o Boletim Económico de Outono, sabemos que a inflação média anual deverá chegar aos 7,8%, o nível mais elevado desde 1993. Sabemos também que as medidas anti-inflação previstas no OE têm um impacto significativamente menor do que em 2022 e que a desaceleração da economia terá efeitos dramáticos em 2023.

Sabemos ainda, concretamente no que respeita às IES e, ainda mais concretamente, às Escolas Médicas Públicas,

que o impacto do congelamento do valor das propinas (cujas medidas compensatórias têm ficado também aquém da realidade e que tem vindo sistematicamente a ser suportado pelas próprias IES, num esforço que obriga ao sacrifício de outros investimentos fundamentais à gestão corrente e ao crescimento) continuará a não ser totalmente compensado;

que o OE continua a ignorar totalmente o impacto no reforço de recursos forçado pelo aumento significativo do número de estudantes (que, nos cursos de Medicina, tem sido particularmente elevado por força dos regimes especiais e do acolhimento de estudantes refugiados) aumento esse que obriga a um acelerado investimento e ajustes constantes a outros investimentos e que, embora permita um “normal” funcionamento dos cursos, não permite o seu “bom” funcionamento;

que o modelo competitivo de financiamento aos Centros Académicos Clínicos não prevê qualquer garantia de investimento nas condições dos hospitais universitários, já há muito sobrecarregados, para o acolhimento de mais estudantes, comprometendo seriamente a formação em Medicina e, conseqüentemente, a qualidade dos cuidados de saúde de todos os portugueses;

que os exercícios de absoluta criatividade na gestão financeira das Escolas Médicas Públicas estão a comprometer, e mesmo a sacrificar, o cumprimento das suas áreas de missão;

que, nos cursos de Medicina das universidades públicas, e ao contrário do que acontece atualmente com todos os outros cursos do ensino superior português, continuamos a não poder usufruir de outras formas de financiamento, nomeadamente associadas às propinas de estudantes internacionais.

Apelamos, por isso, à tomada de consciência dos decisores políticos de que a qualidade da formação médica providenciada pelas Escolas Médicas Públicas está seriamente comprometida; e que urge medidas que garantam, não só o ajuste do aumento da dotação base às IES à efetiva inflação para 2023, mas também a criação de mecanismos que permitam às Escolas Médicas encontrar novas formas de financiamento, capazes de assegurar que o estrangulamento da economia previsto para os próximos anos não se torne fatal para a formação médica nas instituições de ensino superior públicas portuguesas.

Portugal, 20 de outubro de 2022.

O Conselho de Escolas Médicas Portuguesas,

Henrique Cyrne Carvalho, Presidente do CEMP e Diretor do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto

Altamiro da Costa Pereira, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto

Carlos Robalo Cordeiro, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra

João Eurico Cabral da Fonseca, Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

Isabel Palmeirim, Diretora da Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas da Universidade do Algarve

Jorge Correia-Pinto, Presidente da Escola de Medicina da Universidade do Minho

Helena Canhão, Diretora da Nova Medical School | FCM da Universidade Nova de Lisboa

Miguel Castelo Branco, Presidente da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior